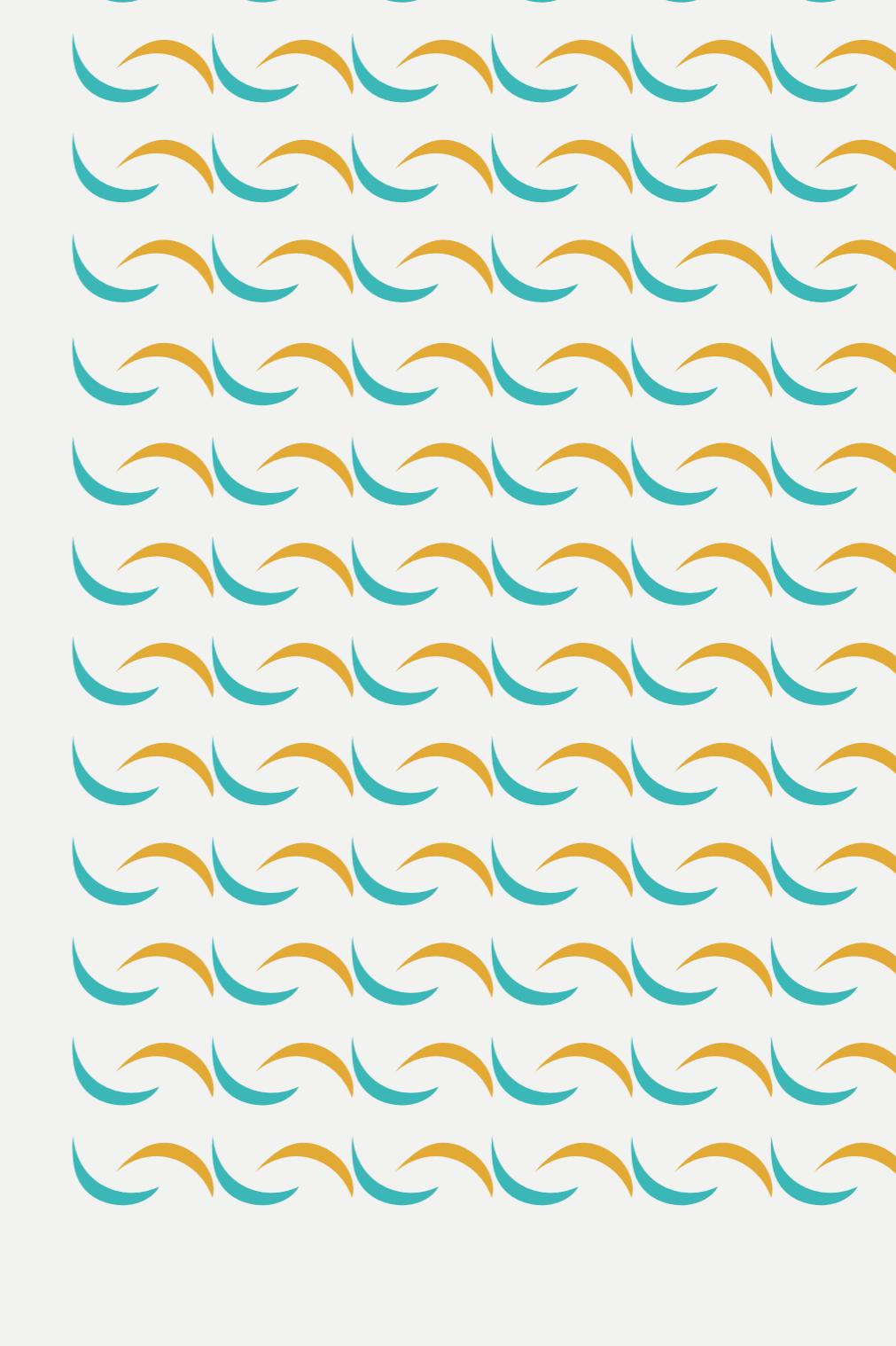


ANAMPA  
Associação Nacional dos Aposentados e Pensionistas do Ministério P



## Relatório de Gestão 2024/2025

### Primeiro ano de atuação da ANAMPA Compromisso e representatividade

Carecemos(as) colegas,

Há empreitadas em frente que nos lançamos cheios de dúvidas e receios, mas as circunstâncias as impõem, o que nos impõe a seguir em frente. Creio que falo em meu nome e também em nome dos demais colegas de Diretoria quando digo que assim se deu com a criação da ANAMPA, entidade que completa o seu primeiro ano de existência.

As indagações eram muitas: teríamos capacidade de mobilização suficiente para criarmos uma associação nacional de aposentados? Como encarar o desafio de, pela primeira vez, aglutinar em uma única entidade magistrados aposentados da União e membros aposentados do Ministério Público da União? Como levantar os recursos necessários para tirar a entidade do papel, cujo perfil deveria ser de atuação política forte e presença constante nos espaços relevantes para a luta de nossas reivindicações? Lembrando-nos do ensinamento de Guimaraes Rosa, através da voz de Riobaldo - o que a vida quer da gente é coragem -, colocamos os medos de lado e abraçamos a causa.

A ANAMPA nasceu da justa indignação dos aposentados com a disparidade remuneratória cada vez mais acentuada entre ativos e aposentados/pensionistas, fruto da criação de diversas verbas que beneficiam apenas os primeiros, em continúo decrecimento do constitucional direito à paridade. A reação a argumentos que não justificam a quebra das diretrizes com direito à paridade, sejam os que migraram para a 2ª Região ou que se conseguem apenas no altar, magistrados e procuradores, imbuídos do mesmo propósito de lutar pelos aposentados, se uniram para formar a ANAMPA.

Através de grupos de WhatsApp, foram construindo e dando forma a essa ideia. Colegas da magistratura e do Ministério Públco se encontraram, sempre virtualmente, ao longo dessa caminhada, dando surgimento à ideia de uma associação a congregar as duas categorias, e tal qual noivos que se conhecem apenas no altar, magistrados e procuradores, imbuídos do mesmo propósito de lutar pelos aposentados, se uniram para formar a ANAMPA.

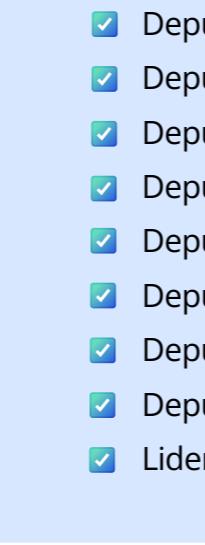
Foram semanas de muitos debates sobre o estatuto da entidade, inclusive com os futuros associados, bem como de inúmeras providências burocráticas para formalizar a ANAMPA, tudo culminando na Assembleia de Fundação, realizada virtualmente no dia 28 de outubro de 2024, que contou com a presença de 261 associados fundadores. Estivemos juntos em um encontro virtual, muitos superando suas barreiras com a tecnologia, que a todos emocionou e ali nossas inquietações se aplainaram, pois os depoimentos dos colegas nos deram a certeza de que a criação de uma entidade como a ANAMPA se fazia urgente e necessária.

Este relatório contém as atividades realizadas pela ANAMPA ao longo do seu primeiro ano, em Brasília e diversas outras cidades do País. São muitas reuniões com autoridades, visitas institucionais, participação em audiências públicas, contatos com outras entidades, atuação legislativa no Congresso Nacional, visitas a parlamentares nos estados, sempre cuidando para que as notícias, através dos grupos de WhatsApp e Instagram, cheguem aos associados de forma célere.

A gestão tem sido intensa e felizmente conseguimos formar uma Diretoria em que todos participam ativamente, que se reúnem de forma virtual, dividindo as atribuições na medida do possível. As reuniões virtuais que foram feitas com os associados de todas as regiões geográficas do Brasil, nas quais pudemos conversar, ouvir os colegas e trocar impressões, se revelaram extremamente motivadoras para a nossa atuação.

O objetivo deste Relatório é informar os associados, mostrando-lhes tudo que foi feito desde a histórica Assembleia de Fundação. O movimento associativo não tem como assegurar resultados, mas pode, sim, assegurar trabalho, empenho e obstinação na consecução de seus objetivos. E esse compromisso nós reafirmamos nesse primeiro aniversário da ANAMPA, que, ainda obstante seu pouco tempo de existência, já mostrou a que veio, batalhando e conquistando seu espaço com afôico.

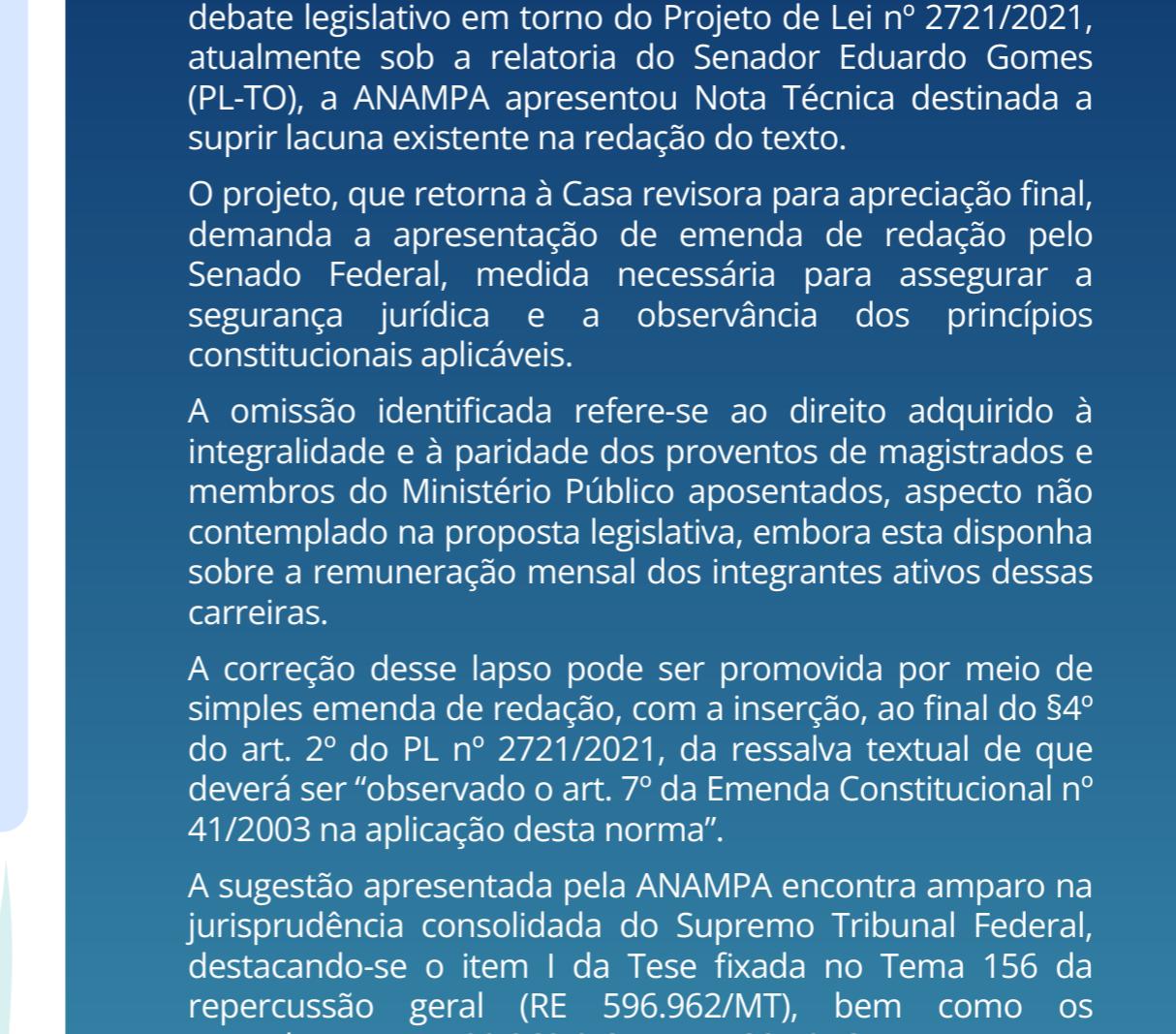
Que venham muitos outros aniversários, que consigamos, todos, trazer novos associados, que a ANAMPA tenha vida longa e próspera! Que nossa união seja sempre a nossa força!

  
**Virginía Bahia**  
Diretora de Comunicação da ANAMPA

#### Providências iniciais

No primeiro ano, estruturamos a presença institucional e os canais de comunicação: publicação do site, abertura do perfil no Instagram, criação de lista de transmissão e contratação de assessorias estratégicas (Legislativa, de Imprensa e de Marketing).

Essas frentes viabilizaram a articulação política e a comunicação ágil com a base de associados.



#### Ofícios expedidos

Com o intuito de consolidar o posicionamento da ANAMPA junto aos Poderes da República, foram encaminhados ofícios a autoridades, legisladores, ministérios e órgãos.

Esses ofícios registraram as demandas, entendendo e formalizam o diálogo permanente em defesa dos direitos de seus associados. Até o final de outubro deste ano, foram encerrados

**32**  
OFÍCIOS NOMINAIS

**129**  
OFÍCIOS CIRCULARES

as autoridades:

- ✓ Procurador-Geral do Trabalho (MPT), sobre o pagamento de Parcela Autônoma e Equivalência (PAE) a pensionistas.
- ✓ Procurador-Geral da República (PGR), sobre o estabelecimento de prioridade no pagamento de passivos a aposentados e maiores de 60 anos.
- ✓ Procuradora-Geral da República (PGR), sobre o estabelecimento de convênio para desconto em folha da mensalidade associativa.
- ✓ Diretoria de Gestão de Pessoal da Procuradoria-Geral do Trabalho, sobre o estabelecimento de convênio para desconto em folha da mensalidade associativa.
- ✓ Presidência da Câmara dos Deputados, solicitando o apensamento da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 6/2023 à PEC nº 555/2006.

#### Criação de Coordenadorias

Para fortalecer sua presença nacional e facilitar a interlocução com os associados, a ANAMPA estruturou coordenações regionais e temáticas. Essas representações ampliam a capilaridade da entidade, promovem o diálogo com os diferentes segmentos da magistratura e do Ministério Públco e contribuem para a definição conjunta de estratégias. Conheça nossos coordenadores:



#### Reuniões

A ANAMPA tem mantido uma agenda regular de reuniões, presenciais e virtuais, destinadas ao planejamento das ações, à deliberação sobre temas administrativos e ao fortalecimento do vínculo com os associados. Ao longo do primeiro ano, foram realizados encontros da diretoria, reuniões regionais e setoriais, que contribuíram para o alinhamento de estratégias, a avaliação de resultados e a construção de decisões sintonizadas com as necessidades e expectativas dos associados.



Desde a sua fundação, as reuniões da diretoria são realizadas de forma semanal ou quinzenal, totalizando mais de 40 encontros até outubro de 2025. Esses encontros garantem o acompanhamento permanente das iniciativas e o alinhamento das decisões com os objetivos estratégicos da entidade. Os demais encontros — regionais, setoriais, com parlamentares e com outras diversas áreas — complementam essa rotina.

#### Regional

✓ Associados das Regiões Norte e Nordeste em 28/04/25

✓ Associados da Região Sudeste em 18/06/25

✓ Associados das Regiões Sul e Centro-Oeste em 20/08/25

#### Setoriais

✓ Coordenadoria de Migrados em 3 e 9/06/25

✓ Associados da Justiça Militar da União em 12/05/25

✓ Associados da Justiça Federal em 19/05 e 13/08/25

#### Entidades representativas

✓ Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT)

✓ Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR)

✓ Associação dos Juízes Federais do Brasil (AJUFE)

✓ Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Públco da União (FENAJUFE)

✓ Movimento Nacional dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas (MOSAP)

✓ Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (ANAFI)

✓ Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB)

✓ Associação dos Magistrados da Justiça Militar da União (AMAJUJM)

✓ Diretoria de Gestão de Pessoal da Procuradoria-Geral do Trabalho, sobre "Impactos da reforma administrativa no teto constitucional no serviço público"

✓ Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, da Câmara dos Deputados, sobre "Parametros acima do teto constitucional da reforma administrativa"

✓ Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, da Câmara dos Deputados, sobre "Parametros acima do teto constitucional da reforma administrativa"

✓ Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, da Câmara dos Deputados, sobre "Impactos da reforma administrativa no teto constitucional da reforma administrativa"

✓ Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, da Câmara dos Deputados, sobre "Impactos da reforma administrativa no teto constitucional da reforma administrativa"

✓ Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, da Câmara dos Deputados, sobre "Impactos da reforma administrativa no teto constitucional da reforma administrativa"

✓ Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, da Câmara dos Deputados, sobre "Impactos da reforma administrativa no teto constitucional da reforma administrativa"

✓ Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, da Câmara dos Deputados, sobre "Impactos da reforma administrativa no teto constitucional da reforma administrativa"

✓ Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, da Câmara dos Deputados, sobre "Impactos da reforma administrativa no teto constitucional da reforma administrativa"

✓ Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, da Câmara dos Deputados, sobre "Impactos da reforma administrativa no teto constitucional da reforma administrativa"

✓ Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, da Câmara dos Deputados, sobre "Impactos da reforma administrativa no teto constitucional da reforma administrativa"

✓ Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, da Câmara dos Deputados, sobre "Impactos da reforma administrativa no teto constitucional da reforma administrativa"

✓ Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, da Câmara dos Deputados, sobre "Impactos da reforma administrativa no teto constitucional da reforma administrativa"

✓ Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, da Câmara dos Deputados, sobre "Impactos da reforma administrativa no teto constitucional da reforma administrativa"

✓ Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, da Câmara dos Deputados, sobre "Impactos da reforma administrativa no teto constitucional da reforma administrativa"

✓ Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, da Câmara dos Deputados, sobre "Impactos da reforma administrativa no teto constitucional da reforma administrativa"

✓ Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, da Câmara dos Deputados, sobre "Impactos da reforma administrativa no teto constitucional da reforma administrativa"

✓ Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, da Câmara dos Deputados, sobre "Impactos da reforma administrativa no teto constitucional da reforma administrativa"

✓ Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, da Câmara dos Deputados, sobre "Impactos da reforma administrativa no teto constitucional da reforma administrativa"

✓ Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, da Câmara dos Deputados, sobre "Impactos da reforma administrativa no teto constitucional da reforma administrativa"

✓ Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, da Câmara dos Deputados, sobre "Impactos da reforma administrativa no teto constitucional da reforma administrativa"

✓ Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, da Câmara dos Deputados, sobre "Impactos da reforma administrativa no teto constitucional da reforma administrativa"

✓ Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, da Câmara dos Deputados, sobre "Impactos da reforma administrativa no teto constitucional da reforma administrativa"

✓ Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, da Câmara dos Deputados, sobre "Impactos da reforma administrativa no teto constitucional da reforma administrativa"

✓ Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, da Câmara dos Deputados, sobre "Impactos da reforma administrativa no teto constitucional da reforma administrativa"

✓ Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, da Câmara dos Deputados, sobre "Impactos da reforma administrativa no teto constitucional da reforma administrativa"

✓ Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, da Câmara dos Deputados, sobre "Impactos da reforma administrativa no teto constitucional da reforma administrativa"

✓ Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, da Câmara dos Deputados, sobre "Impactos da reforma administrativa no teto constitucional da reforma administrativa"

✓ Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, da Câmara dos Deputados, sobre "Impactos da reforma administrativa no teto constitucional da reforma administrativa"

✓ Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, da Câmara dos Deputados, sobre "Impactos da reforma administrativa no teto constitucional da reforma administrativa"

✓ Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, da Câmara dos Deputados, sobre "Impactos da reforma administrativa no teto constitucional da reforma administrativa"

✓ Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, da Câmara dos Deputados, sobre "Impactos da reforma administrativa no teto constitucional da reforma administrativa"

✓ Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, da Câmara dos Deputados, sobre "Impactos da reforma administrativa no teto constitucional da reforma administrativa"

✓ Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, da Câmara dos Deputados, sobre "Impactos da reforma administrativa no teto constitucional da reforma administrativa"

✓ Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, da Câmara dos Deputados, sobre "Impactos da reforma administrativa no teto constitucional da reforma administrativa"

✓ Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, da Câmara dos Deputados, sobre "Impactos da reforma administrativa no teto constitucional da reforma administrativa"

✓ Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, da Câmara dos Deputados, sobre "Impactos da reforma administrativa no teto constitucional da reforma administrativa"

✓ Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, da Câmara dos Deputados, sobre "Impactos da reforma administrativa no teto constitucional da reforma administrativa"

✓ Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, da Câmara dos Deputados, sobre "Impactos da reforma administrativa no teto constitucional da reforma administrativa"

✓ Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, da Câmara dos Deputados, sobre "Impactos da reforma administrativa no teto constitucional da reforma administrativa"

✓ Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, da Câmara dos Deputados, sobre "Impactos da reforma administrativa no teto constitucional da reforma administrativa"

✓ Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, da Câmara dos Deputados, sobre "Impactos da reforma administrativa no teto constitucional da reforma administrativa"

✓ Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, da Câmara dos Deputados, sobre "Impactos da reforma administrativa no teto constitucional da reforma administrativa"

✓ Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, da Câmara dos Deputados, sobre "Impactos da reforma administrativa no teto constitucional da reforma administrativa"

✓ Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, da Câmara dos Deputados, sobre "Impactos da reforma administrativa no teto constitucional da reforma administrativa"

✓ Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, da Câmara dos Deputados, sobre "Impactos da reforma administrativa no teto constitucional da reforma administrativa"

✓ Comissão de Finanças, Or